



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MJSP - POLÍCIA FEDERAL
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES - CPL/SELOG/SR/PF/ES

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo nº 08285.001707/2023-09

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL NO ESPÍRITO SANTO
PREGÃO ELETRÔNICO - SRP Nº 6/2023
(Processo Administrativo nº 08285.001707/2023-09)

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de materiais de uso administrativo, técnico e operacional, por meio de Sistema de Registro de Preços, visando atender as necessidades da Superintendência Regional da Polícia Federal no Espírito Santo, Delegacias Descentralizadas e dos órgãos participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Descrição /Especificação	CATMAT	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	FRIGOBAR com capacidade mínima de 117L e máxima de 130L; potência de 80W; cor branca; selo de eficiência energética procel A; com congelador, controle de temperatura, grades removíveis, porta-latas; Garantia mínima de 1 ano. Só será admitida a oferta do frigobar que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, no mínimo, na classe A, A+, A++ ou A+++, nos termos da Portaria INMETRO nº 20, de 01 de fevereiro de 2006, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.	457745	Unidade	9	R\$ 1.776,13	R\$ 15.985,17
2	FORNO MICRO-ONDAS com potência mínima de 900W, com opção de seleção de acordo com a receita; bivolt; capacidade de no mínimo 32L; design espelhado e display em LCD; também deve possuir relógio digital, prato giratório, função de descongelamento, receitas pré-programadas e trava de segurança; Garantia mínima de 1 ano. Marca de Referência: Cônsul, ou equivalente, ou de melhor qualidade. Só será admitida a oferta do forno micro-ondas que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, na classe A, nos termos da Portaria INMETRO nº 497, de 28 de dezembro de 2011, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.	478716	Unidade	16	R\$ 788,00	R\$ 12.608,00
3	FORNO ELÉTRICO com capacidade mínima de 44 litros; deve possuir timer e auto desligamento para até 120 minutos; possibilidade de regular temperatura entre 50 e 320 graus Celsius; sistema de aquecimento por convecção; possuir bandeja para resíduos removível; com uma prateleira removível; corpo externo em aço pintado; corpo interno com revestimento autolimpante; com luz interna no forno. Garantia mínima de 1 ano. Modelos de Referência: Gourmet Grill da Fischer ou equivalente, ou de melhor qualidade.	473580	Unidade	1	R\$ 716,10	R\$ 716,10
4	FRITADEIRA AIR FRYER (3 em 1- fritadeira, forno e função desidratar); capacidade de no mínimo 12l; potência de no mínimo 1800W; forno Função Timer de 90 minutos com desligamento automático; controle de temperatura ajustável de 80 °C a 200 °C; proteção contra superaquecimento caso a Air Fryer exceda a temperatura; antiaderente; Garantia mínima 1 ano; Marca de Referência: Britânia - Oven BFR2100 ou equivalente, ou de melhor qualidade.	457748	Unidade	9	R\$ 1.061,46	R\$ 9.553,14
5	LIQUIDIFICADOR com no mínimo 08 velocidades, função pulsar; base antiderrapante que impossibilita que o liquidificador se movimente durante o funcionamento e Sistema de Segurança que só permite que o liquidificador funcione com o copo devidamente encaixado; alça do copo anatômica; capacidade total de 3l; tampa que permite servir sem retirá-la; tampinha dosadora graduada (centro da tampa); resistente; lâmina integrada de aço inox; faca de 6 lâminas ultra afiadas e resistentes; Garantia mínima de 1 ano. Só será admitida a oferta de liquidificador que possua Selo Ruído indicativo do nível 1 ou 2 de potência sonora, nos termos da Portaria nº 6, de 5 de janeiro de 2022 - INMETRO, da Resolução CONAMA nº 20, de 07/12/94, e da Instrução Normativa MMA nº 3, de 07 de fevereiro de 2000, e legislação correlata.	451184	Unidade	9	R\$ 251,70	R\$ 2.265,30

6	SANDUICHEIRA com potência de no mínimo 750W; possuir duas chapas onduladas com revestimento em cerâmica, que permite esquentar os dois lados por igual; luz indicadora de funcionamento e aquecimento; base antiderrapante; trava de fechamento; chapa com revestimento antiaderente; acabamento inox; Garantia mínima de 1 ano; Marca de Referência: BGR12PI Britânica ou equivalente, ou de melhor qualidade.	486252	Unidade	12	R\$ 148,06	R\$ 1.776,72
7	MINI MULTIPROCESSADOR com no mínimo de 125W de potência; no mínimo duas velocidades; lâminas em inox; Garantia mínima de 1 ano; Marca de Referencia: Black Decker, Consul ou equivalente, ou de melhor qualidade.	486489	Unidade	1	R\$ 146,90	R\$ 146,90
8	OMELETEIRA ELÉTRICA MÉDIA com no mínimo 1000W de potência; lâmpada piloto indica o funcionamento do produto; chapas com calor constante; faz duas omeletes de uma só vez; revestimento antiaderente que facilita a limpeza; acabamento em aço inox; indicado para alimentações saudáveis, sem óleo e rica em proteína; alça fria: segurança durante o preparo; controle de temperatura automático: assa os alimentos na temperatura ideal para melhores resultados; possui duas cavidades para preparar de uma só vez até duas omeletes. Garantia mínima de 1 ano.	454509	Unidade	6	R\$ 170,09	R\$ 1.020,54
9	CAFETEIRA INDUSTRIAL ELÉTRICA; corpo e depósito de aço inoxidável; resistência tubular e termostato de 20°C a 120°C; aquecimento em banho maria; certificado pelo Inmetro; pés sapatas antiderrapantes; torneiras com visor de nível para água e café; acompanhar vareta para limpeza das torneiras; capacidade de 8 litros; consumo: 1300W / 1,30 w/h; alimentação de 220V. Garantia mínima de 1 ano; Marca de Referência: Modelo da Marchesoni CF.2-802 ou equivalente, ou de melhor qualidade.	395581	Unidade	3	R\$ 1.161,42	R\$ 3.484,26
10	FOGÃO ELÉTRICO portátil de mesa com 2 bocas, 5 níveis de temperatura, potência 2.000w, em aço inoxidável. 220 volts; cabo de força deve atender a NBR14136; de acordo com a NBR IEC 60335-2-6 e certificado pelo Inmetro. Garantia mínima de 1 ano.	483906	Unidade	1	R\$ 242,62	R\$ 242,62
11	PURIFICADOR DE ÁGUA que forneça água natural e gelada (cap. mín.-1,24 l/h) por meio de duas torneiras. ind. (gelada e natural); possua 5 estágios de filtragem; o sistema de refrigeração deve ser por compressor com gás R134A (inofensivo à camada de ozônio); com bandeja coletora de res e apoio para copo; Sistem Easy Clean; refil "Girou/Trocou" com tripla filtragem e vida útil 3.000l/6 meses; termostato externo; voltagem 110v; temperatura de resfriamento:10°C / 50°F; frequência de 60hz; cor branca padrão; Garantia mínima de 1 ano; Marca de Referência: IBBL, modelo FR600 Speciale ou equivalente, ou de melhor qualidade.	478573	Unidade	16	R\$ 1.101,15	R\$ 17.618,40
12	SMART TV EM LED DE 75" com resolução de imagem 4K, espelhamento de telas de smartphones, Bluetooth, frequência de 120 Hz, no mínimo 3 portas HDMI, 2 portas USB; possibilidade conexão a rede sem fio integrada; controle remoto; bivolt; espessura ultra slim, processador no mínimo quad core, função que permita gravar a programação; Marca de Referência: Marca LG ou equivalente, ou de melhor qualidade.	460902	Unidade	2	R\$ 6.155,78	R\$ 12.311,56
13	COFRE DIGITAL ELETRÔNICO COM DISPLAY, medidas externas aproximadas (A x L x P) 100cm x 40cm x 40cm (com tolerância de 5cm para mais em cada dimensão). Pintura eletrostática a pó. De três a quatro prateleiras. Com display digital e senha de 4 a 6 dígitos. Cor branco ou preto. Peso aproximado de 50kg a 60kg. Estrutura do Gabinete solidamente soldada, confeccionada com chapas de aço, espessura de 2mm a 3mm. Dobradiças escondidas. Estrutura da porta (frente e traseira do painel) em chapa de aço de pelo menos 4,5mm, com no mínimo 4 (quatro) travas (ferrolhos) metálicas. Garantia mínima de 1 ano. Marca de Referência: Modelos Master 100 Digital -1 metro Gold Safe, Eletrônico Digital Esmeralda 40 com display e 4 prateleiras, ou equivalente, ou de melhor qualidade.	449886	Unidade	8	R\$ 2.823,63	R\$ 22.589,04
14	FRAGMENTADORA DE PAPEL COM SEGURANÇA NÍVEL 4, com capacidade de fragmentação de no mínimo 10 folhas; capacidade do cesto de 23 litros; corrente de 1.5 A; super corte em partículas; fragmenta clipes e grampos no papel; com indicador de resfriamento; nível de ruído máximo de 62 dB; nível de Segurança P-4; potência mínima de 280W; com segurança das mãos; tecnologia anti-atolamento de papel; reversão automática quando muito papel for inserido; tempo de funcionamento de 6 minutos; tempo de repouso de 60 minutos; voltagem de 220V; Garantia mínima de 1 ano.	402337	Unidade	6	R\$ 2.500,95	R\$ 15.005,70
15	RADIO BIDIRECIONAL com no mínimo 26 canais UHF ou FRS/GMRS; bateria NiMH recarregável (incluída); compatível com baterias AA padrão; tipo walkie talkie; autonomia mínima de 10 horas; clipe de cinto; não requer licença; homologado pela Anatel. Marca de referência: Intelbrás, Motorola, ou equivalente, ou de melhor qualidade.	457407	Par	2	R\$ 510,80	R\$ 1.021,60
16	PATINS PARA MOVIMENTAÇÃO DE VEÍCULOS, fabricado em chapa de aço, sem soldas/emendas, somente dobrada, garantindo maior resistência. Capacidade de sustentação de pelo menos 500kg, ou seja, possibilidade de sustentação de 2.000kg, quando em conjunto de 4 unidades. Rodas de 3" em nylon, alta resistência e que não risque o chão. Com 4 rodízios giratórios reforçados para facilitar a mobilidade. Marca de Referência: Metal PEM, ou equivalente, ou de melhor qualidade.	430063	Unidade	8	R\$ 474,66	R\$ 3.797,28
17	BICICLETÁRIO DE CHÃO com vagas para cinco bicicletas, em aço carbono, compatível com bicicletas de rodas aro 24" ao 29". De 5 a 6cm de abertura, de 27 a 30cm de altura, de 21 a 25cm de largura, 1,90m de comprimento e 35cm de distância entre as vagas. Pintura automotiva na cor preta. Furos na estrutura para fixação por parafusos ao chão. Marca de Referência: Bimetal, Pirâmide ou equivalente, ou de melhor qualidade.	458043	Unidade	2	R\$ 305,03	R\$ 610,06
18	CAIXA DE SOM, com potência mínima de 1500W, entradas USB, SD, Microfone, RCA e auxiliar, funções rádios e bluetooth para escutar as músicas de um smartphone diretamente na caixa; deve possuir rodinhas e alças laterais para transporte; no mínimo, 2 alto-falantes; frequência de resposta de 40hz - 18Khz, bivolt automática. Dimensões aproximadas 1,15m X 35cm X 40cm (AxLxP), com tolerância de 5cm para mais ou para menos nas dimensões e garantia mínima de 1 (um) ano.	473185	Unidade	4	R\$ 1.434,45	R\$ 5.737,80
19	MICROFONE, dinâmico com fio, cardioide para vocal, cabo com no mínimo 3m, de mão, com chave ON/OFF, frequência entre 50Hz - 15000Hz, impedância de 150 OHMS, dimensões aproximadas de 10x6x20cm, conector XRL macho de 3 pinos profissional, globo circular e filtro antipop integrado	601002	Unidade	4	R\$ 256,00	R\$ 1.024,00

20	RELÓGIO DE PAREDE, mostrador digital em led, funcionamento elétrico, com indicador de hora/minuto/segundo	482587	Unidade	2	R\$ 226,79	R\$ 453,58
21	GELADEIRA DUPLEX, Frost Free, Cor Branca Ou Inox, Prateleiras De Vidro Temperado; 110 V ou bivolts, Classificação de consumo de Energia: A , Iluminação Interna, com porta ovos, porta latas, controle de Temperatura externa, alarme sonoro na porta, com a seguinte capacidade: bruta mínima: 400 Litros, capacidade mínima do refrigerador: 300 Litros, mínima do freezer: 100 Litros. Marca de Referência: modelo Df51x da Electroluxou equivalente, ou de melhor qualidade. Garantia Mínima 12 Meses. Só será admitida a oferta do frigobar que possua a Etiqueta Nacional de Conservação de Energia – ENCE, no mínimo, na classe A, A+, A++ ou A+++, nos termos da Portaria INMETRO nº 20, de 01 de fevereiro de 2006, que aprova os Requisitos de Avaliação da Conformidade – RAC do produto e trata da etiquetagem compulsória.	431080	Unidade	11	R\$ 3.900,39	R\$ 42.904,29
22	FREEZER VERTICAL, tensão alimentação:110/220v, capacidade: aproximadamente 500 L, com prateleiras, com dimensões aproximadas largura: 67cm, Altura 1,80 e profundidade 81cm.	484179	Unidade	1	R\$ 5.172,59	R\$ 5.172,59
TOTAL						R\$ 176.044,65

1.1.1. Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

<i>Órgão Gerenciador:</i> <i>Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo</i>					
Item	Descrição /Especificação	Unidade de Medida	Requisição Mínima	Requisição Máxima	Quantidade Total
1	FRIGOBAR	Unidade	1	9	9
2	FORNO MICRO-ONDAS	Unidade	1	16	16
3	FORNO ELÉTRICO	Unidade	1	1	1
4	AIR FRYER	Unidade	1	9	9
5	LIQUIDIFICADOR	Unidade	1	9	9
6	SANDUICHEIRA	Unidade	1	12	12
7	MINI MULTIPROCESSADOR	Unidade	1	1	1
8	OMELETEIRA ELÉTRICA MÉDIA	Unidade	1	6	6
9	CAFETEIRA INDUSTRIAL ELÉTRICA	Unidade	1	3	3
10	FOGÃO ELÉTRICO	Unidade	1	1	1
11	PURIFICADOR DE ÁGUA	Unidade	1	16	16
12	SMART TV EM LED DE 75"	Unidade	1	2	2
13	COFRE DIGITAL ELETRÔNICO COM DISPLAY	Unidade	1	8	8
14	FRAGMENTADORA DE PAPEL COM SEGURANÇA NÍVEL 4	Unidade	1	6	6
15	RADIO BIDRECIONAL	Par	1	2	2
416	PATINS DE CARRO	Unidade	1	8	8
17	BICICLETÁRIO DE CHÃO	Unidade	1	2	2
18	CAIXA DE SOM	Unidade	1	4	4
19	MICROFONE	Unidade	1	4	4
20	RELÓGIO DE PAREDE	Unidade	1	2	2
21	GELADEIRA DUPLEX	Unidade	1	11	11
22	FREEZER VERTICAL	Unidade	1	1	1
23	MÁQUINA FOTOGRÁFICA	Unidade	1	5	5
24	FLASH EXTERNO COM SUPORTE	Unidade	1	5	5

1.2. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes no CATMAT e no presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.

1.3. A tensão elétrica dos equipamentos (110V ou 220V) será informada na Ordem de Fornecimento.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do Termo de Contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

- 2.1.

A Justificativa e o objetivo da contratação encontram-se pormenorizadas no tópico 2 dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
3.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:
- 3.1.

A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
4.

CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS
- 4.1.

Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica.
5.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE
- 5.1.

Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial.
6.

ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.
- 6.1.

O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens, podendo ser prorrogado por igual período, desde que justificado previamente pela CONTRATADA e autorizado pela CONTRATANTE,
- 6.1.1.

A entrega será em remessa única e deverá ocorrer em dias úteis, no horário de 09:00 às 16:00 horas, no seguinte endereço: Superintendência Regional de Polícia Federal no Espírito Santo, localizada na Avenida Vale do Rio Doce, nº 1, São Torquato, Vila Velha/ES, CEP 29.114-105.
- 6.2.

Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.
- 6.3.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 6.4.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.
- 6.4.1.

Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.
- 6.5.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.
7.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
- 7.1.

São obrigações da Contratante:
- 7.1.1.

receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 7.1.2.

verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 7.1.3.

comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 7.1.4.

acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 7.1.5.

efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 7.2.

A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
8.

OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
- 8.1.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 8.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;
- 8.1.1.1. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for aplicável;
- 8.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 8.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;
- 8.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 8.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 8.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 8.1.7. promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc....
- 8.1.8. adotar, no que couber, os critérios de sustentabilidade previstos na Lei nº 12.305/2010, no Decreto nº 10.936/2022, na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1/2010 e na legislação correlata.
- 8.2. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

9. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. **DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

- 10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. **DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

- 11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.
- 11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.
- 11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. **DO PAGAMENTO**

- 12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 12.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.
- 12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

- 12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 12.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.
- 12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.
- 12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.
- 12.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX)$$

$$I = \frac{(6 / 100.)}{365}$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

13. DO REAJUSTE

- 13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.
- 13.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

R = V (I – Iº) / Iº, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

Iº = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

- 13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 13.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 13.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
- 13.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 13.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 13.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

14. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:
 - 14.1.1. A garantia é obrigatória para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 8º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

15. **A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS.**

- 15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é a prevista em cada item licitado, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.
- 15.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.
- 15.3. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pela própria Contratada, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.
- 15.4. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.
- 15.5. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.
- 15.6. Uma vez notificada, a Contratada realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 30 (trinta) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pela Contratada ou pela assistência técnica autorizada.
- 15.7. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada da Contratada, aceita pelo Contratante.
- 15.8. Na hipótese do subitem acima, a Contratada deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.
- 15.9. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pela Contratada, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir da Contratada o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.
- 15.10. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade da Contratada.
- 15.11. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

16. **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
 - 16.1.1. falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
 - 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 16.1.3. fraudar na execução do contrato;
 - 16.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou

- 16.1.5. cometer fraude fiscal.
 - 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
 - 16.2.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
 - 16.2.2. **Multa:**
 - 16.2.2.1. moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - 16.2.2.2. compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 16.2.3. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 16.2.4. **Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União**, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
 - 16.2.5. **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar** com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
 - 16.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “16.2.4” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.
 - 16.4. As sanções previstas nos subitens “16.2.1”, “16.2.3”, “16.2.4” e “16.2.5” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.
 - 16.5. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 16.5.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 16.5.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 16.5.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
 - 16.6. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
 - 16.7. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.
 - 16.7.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
 - 16.8. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
 - 16.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
 - 16.10. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
 - 16.11. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
 - 16.12. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
 - 16.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
17. **CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.**
- 17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
 - 17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
 - 17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

17.3.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas: fornecimento correspondente a quantidade mínima de 1 (uma) unidade de cada item em que estiver concorrendo.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços constante no Termo de Referência.

17.4.2. Valor Global: **R\$ 176.044,65 (cento e setenta e seis mil quarenta e quatro reais sessenta e cinco centavos)**

17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por item.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.**

18.1. O custo estimado da contratação é de R\$ 176.044,65 (cento e setenta e seis mil quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos)

19. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos orçamentários provenientes do orçamento do órgão ou mediante convênio, termo de doação ou instrumento congênere e serão designados quando da efetiva aquisição conforme Sistema de Registro de Preços.

Vila Velha/ES, na data da assinatura.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO

ROBSON CYPRESTE CARNEIRO
Agente Administrativo

THUANE BROEDEL ANDRADE
Escrivã de Polícia Federal



Documento assinado eletronicamente por **THUANE BROEDEL ANDRADE, Escrivão(ã) de Polícia Federal**, em 30/06/2023, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **ROBSON CYPRESTE CARNEIRO, Agente Administrativo(a)**, em 03/07/2023, às 10:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei4.pf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0&cv=00029877647&crc=1E946E6C.
Código verificador: **00029877647** e Código CRC: **1E946E6C**.